

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em setembro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de setembro de 2023 apresentou um superávit primário de R\$ 10,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 168,1 bilhões nesse mês, acréscimo em termos reais de 9,3%, comparativamente a setembro de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 157,5 bilhões, acréscimo de 10,7% na mesma base de comparação. No acumulado de janeiro a setembro deste ano, o déficit primário está em R\$ 93,3 bilhões, ante o superávit de R\$ 37,9 bilhões no mesmo período de 2022.

Em setembro, a receita total apresentou um acréscimo real de 7%, quando comparada com o montante arrecadado no mesmo mês do ano passado. Esse aumento se deu em função das receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que cresceram 33% no período, bem como pela elevação real de 0,8% nas receitas administradas pela RFB, e de 3,5% da arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve aumento de 9,3%. No acumulado de janeiro a setembro, a receita total registrou uma variação real negativa de 4,5%, somando uma queda real de R\$ 81,3 bilhões, fortemente impactada pela queda na arrecadação das receitas não administradas pela RFB – que tiveram no período um decréscimo de 25,6%, redução real de R\$ 83,9 bilhões – e pelas receitas administradas pela RFB – com queda de 1,8% na mesma base de comparação, equivalente a R\$ 20,2 bilhões –, ao passo que a receita líquida do RGPS acumula alta de 5,7%, no montante de R\$ 22,9 bilhões (tabela 1).

Com relação à despesa total, como supracitado, setembro registrou acréscimo real de 10,7% relativamente ao mesmo mês de 2022. Ainda na tabela 1, no acumulado do ano até setembro, a despesa teve um crescimento real de R\$ 73,3 bilhões (5,1%) em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para o aumento de despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 59,5 bilhões (20,5%).

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 16 de outubro de 2023

1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2023/09/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-agosto-de-2023/>.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)
	set./2022	set./2023		2022	2023		Até set./2022	Até set./2023	
1-Receita Total	186.937	200.066	7,0	1.821.508	1.740.256	-4,5	2.441.769	2.353.334	-3,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	108.580	109.418	0,8	1.094.913	1.074.738	-1,8	1.459.761	1.443.987	-1,1
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-	-137	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	46.056	47.690	3,5	399.143	421.996	5,7	555.542	585.977	5,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.301	42.959	33,0	327.506	243.583	-25,6	426.603	323.434	-24,2
2. Transf. Por Repartição de Receita	33.111	31.990	-3,4	355.559	332.151	-6,6	467.228	457.588	-2,1
3. Receita Líquida (1-2)	153.826	168.076	9,3	1.465.948	1.408.105	-3,9	1.974.541	1.895.745	-4,0
4. Despesa Total	142.323	157.535	10,7	1.428.077	1.501.398	5,1	1.885.199	1.967.815	4,4
4.1 Benefícios Previdenciários	64.967	69.552	7,1	644.010	673.771	4,6	824.942	867.595	5,2
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.858	27.415	2,1	259.863	255.703	-1,6	357.957	351.239	-1,9
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.125	19.585	-15,3	233.525	221.751	-5,0	305.703	299.684	-2,0
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.373	40.983	49,7	290.680	350.174	20,5	396.596	449.298	13,3
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	11.503	10.541	8,4	37.871	-93.294	-346,3	89.342	-72.070	180,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em setembro foi registrado um acréscimo real de R\$ 837 milhões (0,8%) em relação ao mesmo mês do ano passado. O desempenho das receitas administradas foi impactado pelo crescimento real da arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – R\$ 1,8 bilhão (6,5%) –, do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) – R\$ 501 milhões (6,8%) –, do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Combustíveis – totalizando R\$ 974 milhões (2%) –, com as demais rubricas registrando uma retração real de R\$ 2,4 bilhões (-9,9%). Como principal destaque do bom desempenho da arrecadação em setembro, em relação ao que foi observado nos últimos meses, pode-se destacar as receitas não administradas pela RFB, que apresentaram crescimento de 33% (R\$ 10,7 bilhões), impactadas fortemente pela arrecadação de receita extraordinária relativa à devolução de recursos não reclamados após vinte anos do PIS/Pasep, no montante de R\$ 26 bilhões, mais que suficiente para compensar a forte queda em outros itens, tais como: dividendos e participações – decréscimo de R\$ 10,2 bilhões (-71,8%) – e exploração de recurso naturais – queda de R\$ 1,5 bilhão (-21,3%).

No acumulado até setembro, as receitas apresentaram um decréscimo real, quando comparadas com o mesmo período do ano passado, de R\$ 81,3 bilhões (-4,5%). As principais retrações ocorreram nas receitas não administradas, especificamente nas receitas com concessões e permissões, com queda de R\$ 38,7 bilhões (-86,5%), seguidas pela retração de R\$ 40,6 bilhões (-49,1%) em dividendos e de R\$ 22,8 bilhões (-21,7%) na exploração de recursos naturais. No tocante aos itens da receita administrada pela RFB, as maiores variações negativas foram de R\$ 13,3 bilhões (-10,2%) na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de R\$ 5,5 bilhões (-11,3%) no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de R\$ 5,4 bilhões (-11,7%) no Imposto de Importação, conforme indicado na tabela 2.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se observar que em setembro houve um expressivo aumento em relação ao mesmo mês do ano anterior, impactado pelo pagamento de despesas com previdência social – R\$ 4,6

bilhões (7,1%) –, pelo pagamento de despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Bolsa Família) – R\$ 10 bilhões (55,3%) – e pelo pagamento de despesas discricionárias – R\$ 3,6 bilhões (38,9%). Em setembro, apenas as despesas com créditos extraordinários apresentaram uma expressiva redução real em relação ao mesmo período do ano passado.

As despesas totais, no acumulado do ano até setembro, tiveram um crescimento real de R\$ 73,3 bilhões (5,1%), com destaque para as despesas com benefícios previdenciários, com crescimento de R\$ 29,8 bilhões (4,6%), os dispêndios com sentenças judiciais e precatórios, com expansão de R\$ 2,5 bilhões (15,2%), os pagamentos com Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC/Loas) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), ampliados em R\$ 6,2 bilhões (10%), o gasto com abono e seguro-desemprego, em R\$ 4,2 bilhões (7,2%), e, especialmente, as despesas obrigatórias com controle de fluxo, com alta de R\$ 71 bilhões (41,9%), muito ampliadas em função do crescimento das despesas com o programa Bolsa Família, que acumula no ano um aumento real de R\$ 55,7 bilhões (80,3%) – no ano passado, parte do benefício foi pago por meio de créditos extraordinários. No entanto, algumas despesas apresentaram expressiva redução real no acumulado do ano, em comparação com o mesmo período de 2022, com destaque para as despesas com créditos extraordinários, com redução de R\$ 27,9 bilhões (-95,1%), compensação ao RGPS pela desoneração da folha de pagamentos, com queda de R\$ 3,3 bilhões, e despesas discricionárias, com queda no ano de R\$ 11,5 bilhões (-9,5%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)
	set./2022	set./2023		2022	2023		Até set./2022	Até set./2023	
1-Receita Total	186.937	200.066	7,0	1.821.508	1.740.256	-4,5	2.441.769	2.353.334	-3,6
1.1 - Receita Administrada pela RFB	108.580	109.418	0,8	1.094.913	1.074.738	-1,8	1.459.761	1.443.987	-1,1
1.1.01 Imposto de Importação	5.611	4.673	-16,7	46.427	41.012	-11,7	64.360	56.776	-11,8
1.1.02 IPI	5.703	5.528	-3,1	48.424	42.945	-11,3	69.407	57.644	-16,9
1.1.03 Imposto de Renda	44.561	45.061	1,1	517.568	513.864	-0,7	678.441	698.986	3,0
1.1.04 IOF	5.321	5.524	3,8	46.253	46.134	-0,3	63.416	62.035	-2,2
1.1.05 Cofins	27.161	28.928	6,5	216.922	217.957	0,5	299.676	292.280	-2,5
1.1.06 PIS/Pasep	7.335	7.836	6,8	63.610	62.608	-1,6	86.193	83.221	-3,4
1.1.07 CSLL	8.630	8.099	-6,2	130.988	117.648	-10,2	164.535	154.145	-6,3
1.1.09 CIDE Combustíveis	1	272	23.540,1	1.756	463	-73,6	2.547	480	-81,2
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4.257	3.496	-17,9	22.966	32.106	39,8	31.186	38.419	23,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-55	-60	-	-137	-64	-53,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	46.056	47.690	3,5	399.143	421.996	5,7	555.542	585.977	5,5
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.301	42.959	33,0	327.506	243.583	-25,6	426.603	323.434	-24,2
1.4.1 Concessões e Permissões	753	10	-98,7	44.764	6.029	-86,5	51.865	10.414	-79,9
1.4.2 Dividendos e Participações	14.249	4.021	-71,8	82.790	42.149	-49,1	106.623	50.311	-52,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.530	1.365	-10,8	12.696	12.043	-5,1	18.767	17.520	-6,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	7.256	5.711	-21,3	104.860	82.091	-21,7	135.931	116.817	-14,1
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.880	658	-65,0	16.653	14.767	-11,3	21.769	20.297	-6,8
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.291	2.437	6,4	20.121	21.766	8,2	28.430	30.333	6,7
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	35	90	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4.341	28.757	562,5	45.622	64.737	41,9	63.183	77.651	22,9
2. Transf. Por Repartição de Receita	33.111	31.990	-3,4	355.559	332.151	-6,6	467.228	457.588	-2,1
3. Receita Líquida (1-2)	153.826	168.076	9,3	1.465.948	1.408.105	-3,9	1.974.541	1.895.745	-4,0

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; PIS/Pasep – Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

Principais componentes da despesa do governo central a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Janeiro-setembro (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de set./2023)		Taxa de variação (%)
	set./2022	set./2023		2022	2023		Até set./2022	Até set./2023	
4. DESPESA TOTAL	142.323	157.535	10,7	1.428.077	1.501.398	5,1	1.885.199	1.967.815	4,4
4.1 Benefícios Previdenciários	64.967	69.552	7,1	644.010	673.771	4,6	824.942	867.595	5,2
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.858	27.415	2,1	259.863	255.703	-1,6	357.957	351.239	-1,9
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	23.125	19.585	-15,3	233.525	221.751	-5,0	305.703	299.684	-2,0
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	3.113	3.678	18,2	57.300	61.452	7,2	66.886	72.169	7,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.182	8.130	13,2	62.317	68.549	10,0	80.820	89.145	10,3
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	6.619	183	-97,2	29.384	1.448	-95,1	52.882	21.468	-59,4
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0	0	-	3.291	0	-100,0	4.919	0	-100,0
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.956	3.075	4,0	25.879	28.613	10,6	33.491	37.387	11,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.309	1.452	10,9	10.426	11.395	9,3	14.459	16.699	15,5
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	350	331	-5,3	3.159	3.019	-4,4	4.260	4.057	-4,8
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	183	367	100,6	16.588	19.116	15,2	17.506	20.647	17,9
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	-64	1.790	2.901,0	13.707	15.454	12,7	16.168	17.933	10,9
4.3.10 Impacto Primário do FIES	143	0	-100,0	233	1.185	408,4	1.302	1.726	32,5
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	1.334	580	-56,5	11.240	11.521	2,5	13.010	18.454	41,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	27.373	40.983	49,7	290.680	350.174	20,5	396.596	449.298	13,3
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	18.040	28.015	55,3	169.541	240.501	41,9	217.562	301.424	38,5
4.4.2 Despesas Discricionárias	9.333	12.968	38,9	121.139	109.673	-9,5	179.034	147.874	-17,4

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)

Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Julia de Medeiros Braga (Editora)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora y Araujo

Sandro Sacchet de Carvalho

Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Camilla Santos de Oliveira

Diego Ferreira

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
